

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019
(Do Sr. João Campos)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação sobre o financiamento das instituições federais de educação superior e o sistema unificado de seleção.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Educação, no sentido de esclarecer esta Casa:

1. Sobre o financiamento das instituições federais de educação superior (Ifes) e da gestão de seus recursos:
 - 1.1. Quais os valores e proporções de cortes, bloqueios e contingenciamentos das dotações orçamentárias de cada instituição federal de educação superior e de cada instituto federal de educação, ciência e tecnologia – Ifet, no ano de 2019?
 - 1.2. Os cortes, bloqueios e contingenciamentos são comparáveis aos observados em cada um dos últimos quatro anos? Solicita-se apresentar dados, critérios, indicadores, parâmetros objetivos que subsidiem essa comparação.
 - 1.3. O Ministério da Educação está adotando providências para modificação na matriz atualmente utilizada para alocação de recursos orçamentários às instituições federais de educação superior (Ifes)? Caso positivo, quais?

- 1.4. Na proposta orçamentária para 2020, o montante de recursos orçamentários para as instituições federais de educação superior está mantido?
 - 1.5. Disponibilizar cálculo (e metodologia de cálculo) e dados (agregados e desagregados) do custo-aluno de cada Ifes (universidades federais e Institutos Federais), tanto na média quanto por curso superior e também por Unidade da Federação, informando o custo-aluno segundo os seguintes critérios: custo total; custo total sem se considerar hospitais e clínicas universitárias; custo total sem se considerar pagamento de hospitais e clínicas universitárias e aposentados; custo total sem se considerar pagamento de hospitais e clínicas universitárias, aposentados e pensionistas; custo total sem se considerar pagamento de hospitais e clínicas universitárias, aposentados, pensionistas e pós-graduação; custo total sem se considerar pagamento de hospitais e clínicas universitárias, aposentados, pensionistas, bem como atividades de pós-graduação e de extensão.
 - 1.6. Informar as diferenças entre as metodologias de apuração do custo-aluno das Ifes do Ministério da Educação (MEC) e do Tribunal de Contas da União (TCU).
2. Sobre o Sistema de Seleção Unificado – Sisu:
 - 2.1. O Sisu ampliou a mobilidade dos estudantes entre os estados da federação?
 - 2.2. Em cada um dos últimos quatro anos:
 - 2.2.1 Que instituições aderiram ao Sisu e que proporção de vagas disponibilizaram para ingresso por essa via? Que instituições, antes participantes, deixaram de aderir ao Sisu em 2019?

2.2.2 Qual a composição (nímeros absolutos e proporcionais) do perfil dos ingressantes em cada instituição federal de educação superior (universidades federais e institutos federais de educação, ciência e tecnologia), de acordo com sua origem geográfica, por cidade e Unidade da Federação?

2.2.3. Em cursos de graduação mais disputados, como Medicina e Engenharias, registrou-se maior presença de ingressantes oriundos de outras Unidades da Federação que não a da sede da instituição federal em que se matricularam? Caso positivo, que dados configuram esse fenômeno (nímeros absolutos e proporcionais) em cada curso em cada Ifes?

2.2.4. Em cada instituição, qual o número de transferências observado nos dois primeiros semestres e o número de vagas ociosas delas decorrentes? O Ministério da Educação dispõe de alguma informação que evidencie essas transferências como uma externalidade não desejada do Sisu?

3. Sobre parcerias público-privadas e demais convênios (ou congêneres) de Ifes com órgãos e entidades da administração pública (de todos os níveis da federação) e com o setor privado, bem como sobre os recursos próprios das Ifes:

3.1 Listar todas as parcerias efetuadas, nos últimos 10 (dez) anos, em cada Ifes (tanto em universidades federais quanto em Institutos Federais), inclusive em seus Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e congêneres, com agentes externos (públicos ou privados) por meio de suas fundações de apoio ou de outras organizações e entidades congêneres, no sentido de estabelecer incubadoras, *start-ups*, *naming rights*, empresas

juniiores, Parques Tecnológicos e congêneres, desenvolvimento de patentes e processos industriais, e cursos (com especificação segregada dos cursos de formação docente), indicando: duração da parceria (ou indicação de previsão de término, quando for o caso, se estiverem em curso), volume de recursos envolvidos em cada uma dela (com indicação de números absolutos e proporcionais dos recursos próprios auferidos, bem como os números absolutos e proporcionais de seus eventuais bloqueios orçamentários dos repasses no período referido), cumprimento do estabelecido em termos de cooperação (ou congêneres) dessas parcerias, bem como resultados esperados e obtidos.

3.2 Listar todos os fundos patrimoniais (*endowment funds*) existentes nas Ifes (tanto em universidades quanto em Institutos Federais), ano de constituição, aportes ano a ano e indicação dos valores absolutos totais a cada ano (nos últimos dez anos, com indicação de se os aportes advieram do setor público ou privado, de pessoas físicas ou jurídicas, em números absolutos e proporcionais), características jurídicas dos fundos patrimoniais existentes, recursos próprios auferidos por meio desses fundos patrimoniais (em valores absolutos e com inclusão de valores eventualmente bloqueados pelo MEC em seus repasses).

4. Sobre o financiamento estudantil no setor privado da educação superior:

4.1. No Programa Universidade para Todos - Prouni:

4.1.1. Em cada um dos últimos quatro anos, quantos bolsistas (integrais e parciais) foram contemplados? Pede-se que os dados não considerem apenas as novas concessões, mas também a totalidade de bolsistas em cada ano, desagregando por bolsas integrais e parciais e por curso de graduação (Medicina, Pedagogia, Direito, etc.).

4.1.2. Como o Ministério da Educação avalia o custo-aluno do Prouni para a sociedade, em contraste com as outras formas de financiamento da educação superior com recursos públicos?

4.2. No Fundo de Financiamento Estudantil – Fies:

4.2.1. Em cada um dos últimos quatro anos, quantos contratos estiveram ou estão em vigência? Pede-se que os dados não considerem apenas os novos contratos, mas a totalidade dos contratos vigentes a cada ano, desagregando por ano de contratação, percentual financiado e por área do curso de graduação.

4.2.2. Desde a sua vigência, quantos contratos foram firmados, a cada ano, no âmbito do P-Fies? Qual é o perfil de renda familiar *per capita* dos beneficiários do P-Fies (em números absolutos e proporcionais), sua distribuição geográfica por matrícula em instituições de ensino superior (IES) e a distribuição dos recursos oriundos dos fundos públicos nos contratos P-Fies assinados?

4.2.3. O Ministério da Educação está adotando alguma providência com vistas a modificar a faixa de renda para habilitação a pleito de financiamento por meio do P-Fies?

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de solicitação de informações necessárias para análise pela Comissão Externa destinada a acompanhar o desenvolvimento

dos trabalhos do Ministério da Educação, bem como da apresentação do seu Planejamento Estratégico.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Deputado JOÃO CAMPOS